

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1186/2023

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	Dispõe sobre as medidas para o enfrentamento de emergência fitossanitária ou zoonosológica de que trata a <a href="#">Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013</a> , e altera a <a href="#">Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993</a> .
	O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
	<b>Art. 1º</b> Para o enfrentamento de emergência fitossanitária ou zoonosológica de que trata a <a href="#">Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013</a> , as autoridades públicas do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA poderão adotar, no âmbito de suas competências, as seguintes medidas, entre outras estabelecidas em regulamento:
	I - estudo ou investigação epidemiológica;
	II - restrição excepcional e temporária de trânsito de produtos agropecuários e fômites por qualquer modal logístico no território nacional;
	III - restrição excepcional e temporária de trânsito internacional de produtos agropecuários e fômites;
	IV - determinação de medidas de contenção, desinfecção, desinfestação, tratamento e destruição aplicáveis a produtos, equipamentos e instalações agropecuários, e a veículos em trânsito nacional e internacional no País; e
	V - realização ou determinação da realização compulsória de ações de mitigação e controle fitossanitário e zoonosológico.
	§ 1º As medidas previstas no caput serão adotadas com fundamento em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas de defesa agropecuária.
	§ 2º Os agentes de que trata o inciso IV do caput do art. 3º da <a href="#">Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022</a> , devem sujeitar-se ao cumprimento das medidas previstas no caput deste artigo, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal, nos termos do disposto em lei específica.

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1186/2023

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	<b>Art. 2º</b> A União poderá doar materiais, equipamentos e insumos considerados indispensáveis para o enfrentamento de emergência fitossanitária ou zoossanitária a órgãos e entidades federais, estaduais, distritais e municipais mobilizados, independentemente do cumprimento, por parte do beneficiário, dos requisitos legais de adimplência exigíveis para a celebração de ajuste com a administração pública federal.
	<b>Art. 3º</b> Fica o Ministério da Agricultura e Pecuária autorizado a:
	I - efetuar o pagamento de diárias e passagens diretamente a servidores e empregados públicos dos órgãos e das entidades federais, estaduais, distritais e municipais integrantes do SUASA que atuarem em operações de defesa agropecuária convocadas pelo referido Ministério; e
	II - custear despesas com combustíveis de veículos oficiais federais, estaduais, distritais e municipais utilizados no deslocamento de servidores e empregados públicos dos órgãos e das entidades integrantes do SUASA que atuarem em operações de defesa agropecuária convocadas pelo referido Ministério.
	Parágrafo único. Os servidores e os empregados públicos dos órgãos e das entidades estaduais, distritais e municipais de que trata o inciso I do caput farão jus ao recebimento de diárias e passagens na condição de colaboradores eventuais, nos termos do disposto no art. 4º da <a href="#">Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991</a> .
<a href="#">Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993</a>	<b>Art. 4º</b> A <a href="#">Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União, prescindindo de concurso público.	“Art. 3º ..... ”

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
§ 1º A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública, de emergência ambiental e de emergências em saúde pública prescindirá de processo seletivo. .....	§ 1º A contratação para atender às necessidades decorrentes de risco iminente à saúde animal, vegetal ou humana, de calamidade pública e de emergência ambiental, fitossanitária, zoossanitária ou em saúde pública prescindirá de processo seletivo. .....” (NR)
	<b>Art. 5º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.